

Sociedade pós-moderna, globalização e europeização do mundo português

Helder Macedo

Universidade de Londres - King' s College

É sempre preferível encontrar os títulos para aquilo que se escreve depois de se ter escrito. Dá uma excelente imagem de clareza mental, de rigor e de coerência. Mas ao receber o honroso convite para fazer esta conferência, vinha já também o honroso título: “Sociedade pós-moderna, globalização e europeização do mundo português”. Se entendi correctamente, o foco principal não é portanto literário, ou só o será na medida em que a literatura possa ser entendida a partir de um perspectiva sociológica e política. Procurarei corresponder ao desafio, embora não necessariamente na ordem proposta e talvez nem sempre entendendo esses vastos conceitos do modo habitual. Mas falarei também de fronteiras, que é o mesmo que falar de divisões e de continuidade. Porque se as fronteiras dividem, também servem para unir. Estão lá para serem atravessadas, em ambas as direções. Portugal é um país com muitas fronteiras.

Pela primeira vez em mais de quinhentos anos, Portugal tem as mesmas fronteiras geográficas que tinha quando iniciou a sua aventura ultramarina. Mas agora também é parte da União Européia, essa nova comunidade de mais ou menos regeneradas nações imperiais. Recorde-se que quase todos os países até recentemente incluídos tinham sido potências coloniais. E a Comunidade continua a expandir-se, integrando outros países cada vez mais periféricos em relação ao seu núcleo fundador e cuja principal função- dizem os cínicos- é contribuir de modos não totalmente dissimilares aos das antigas colônias para os grandes centros onde reside o poder. Creio que um brasileiro não terá muita dificuldade em reconhecer como numa mesma unidade económica, cultural e até nacional, até lingüística,

podem caber zonas tão contrastadas quanto foram as metrópoles desenvolvidas e as colônias subdesenvolvidas, ricos e pobres, exploradores e explorados. Afinal a distância entre, ponhamos, São Paulo e Manaus não é muito diferente da que separa Bissau de Lisboa e é bem maior da que une Budapeste a Bruxelas. Os mais otimistas dirão, pelo contrário, que tudo isso é parte de um salutar processo de globalização, produto já de uma positiva concepção pós-moderna de uma sociedade em que os estados-nação oitocentistas deixaram de fazer sentido, bipolarizações de blocos internacionais como os da Guerra Fria que dominou meio Século XX jamais voltarão a ser possíveis, e os próprios mercados intercontinentais, ao serem unificados, por interesse próprio terão de abolir os desníveis econômicos, sociais e culturais que até agora desfiguram o mundo. Teríamos assim chegado ao fim da História, para usar essa talvez prematura e certamente algo falaciosa metáfora triunfalista que celebrou o colapso de império soviético.

Seja como for, a entrada de Portugal na actual União Europeia fez tanto sentido que agora parece ter sido inevitável. Fez sentido por razões econômicas, por razões políticas e até por razões psicológicas, dados os traumas causados pelo isolamento de que o país sofreu durante quase cinquenta anos de ditadura, pelas guerras coloniais, e pelo período conturbado de expectativas irrealizadas que depois viveu. Os benefícios políticos e econômicos são tangíveis e evidentes: Portugal nunca mais poderá ser dominado por uma oligarquia paroquial e a maioria dos portugueses vive melhor do que vivia mesmo no auge do império. Os perigos culturais talvez sejam menos evidentes, mas nem por isso menos reais. Porque a abolição de fronteiras políticas e econômicas também pode levar a uma dissolução de fronteiras culturais. E creio que essa é uma fronteira que merece ser mantida. Não para a fechar mas, pelo contrário, para que possa ser mantida aberta e transitável. As línguas e as culturas, que levam séculos a definir-se, podem desaparecer bem mais depressa. Já se perderam muitas ao longo da História e nem sequer podemos saber o que perdemos.

O principal problema que os portugueses têm de enfrentar neste nem sempre admirável novo mundo pós-moderno talvez seja um problema de percepção. Começando com o modo como se olham a si próprios. Ao longo dos séculos muitos portugueses habituaram-se a ver-se com olhos estrangeiros, como viajantes que regressavam ou estavam prestes a partir. Amavam o seu país como uma velha casa ancestral, um lugar fora do tempo e do espaço onde podiam ter férias de uma vida vivida noutros lugares e onde esperavam poder vir e repousar nos seus últimos dias. Por isso a velha casa não precisava de obras muito urgentes, que até poderiam desvirtuar a desbotada grandeza de sua arquitectura nostálgica e contemplativa. Entretanto, muito longe dali, criaram e perderam três impérios: no Oriente, nas Américas e em África. No país fizeram muito pouco. Chegada agora a altura de fazerem as grandes obras na velha casa ancestral, os recursos são limitados, as obras não podem ser feitas todas ao mesmo tempo, e as que estão sendo feitas nem sempre têm agrado. E assim, apesar de finalmente libertados dos dúbios benefícios do império, um terço dos portugueses continua a viver fora do seu país. Muitos regressam mas muitos partem e aos que não regressam, esse terço talvez acabe por abranger a maioria da população.

Mas todos eles são cidadãos de um país que já confrontou o fim da História várias vezes e que até perdeu o lugar no lugar nos mapas como uma nação independente quando julgava que ainda estava no apogeu do seu poder. E que mesmo assim continuou a sobreviver, como continua a sobreviver nos mundos alheios da sua actual diáspora. Os portugueses são um povo que já viu tudo: grandeza, miséria, e agora até uma respeitável mediania. Já foram o opressor e o oprimido, o inquisidor e o libertário, cristão, judeu, mouro, negro, índio. Absorveram todas as raças e culturas e integraram-se em todas elas. A sabedoria cultural dos portugueses é imensa. É agora a sua única riqueza, sempre foi a sua principal riqueza. E só maior seria se, no processo de sua longa História, não tivessem também perseguido, ou

expulsado, ou destruído muitos daqueles que não pensavam como o poder central vigente exigia que pensassem, considerando-os como periféricos dentro da sua própria cultura. Disto se conclui, quero crer, que há pelo menos uma consequência positiva de ter havido impérios e nações imperiais. A língua portuguesa é hoje falada por cerca de duzentos milhões de pessoas em oito países dos cinco continentes, é a terceira língua de origem europeia mais falada no mundo, já não é apenas, sem sequer predominantemente, uma língua europeia. As outras nações de língua portuguesa não são menos parceiros culturais dos portugueses do que os outros membros da União Europeia são seus parceiros políticos e económicos. Ou seja, as fronteiras de Portugal não coincidem com as suas fronteiras geográficas, as fronteiras portuguesas não são apenas europeias. Uma europeização de Portugal que se tornasse exclusiva do resto do mundo seria portanto limitadora de sua plural cultura. E ainda mais na medida em que a União Europeia é ela própria parte de uma pluralidade política e económica global também não apenas europeia.

No entanto Portugal pode ser e tem sido caracterizado como uma nação periférica – quando muito semi-periférica- na linguagem sociológica actualmente em voga. Isto pressupõe, é claro, que há um centro exterior do qual possa ser a periferia, o que por sua vez também sugere que o problema não é apenas cultural ou que só por arrastamento o passa a ser. De facto, é fundamentalmente um problema político e económico. O centro é onde o poder político e económico se situa, e a periferia é tudo quanto depende desse centro sem ter a possibilidade de influenciá-lo directamente. Desta perspectiva a própria União Europeia pode ser entendida como periférica – quando muito semi-periférica – em relação ao poder político e económico que actualmente controla os mecanismos da globalização, os Estados Unidos da América, onde aliás – como a actual administração do presidente George W. Bush está candidamente demonstrado – é cada vez menos possível distinguir o que é política governamental nacional e o que é hegemonia económica internacional, o interesse público e os interesses privados.

Julgo em todo o caso ser um facto incontroverso que o poder político e económico de uma nação consideravelmente influencia, ou mesmo determina, a percepção global da sua cultura. Isto também ajuda a entender a imagem auto-negativa que as culturas chamadas periféricas têm de si próprias. A periferia, olhando-se com os olhos emprestados do que aceita ser o centro, vê-se como indubitavelmente periférica, e essa percepção passa a ser a imagem que projecta de si própria e que o centro, não sem razão, se vê justificado em aceitar como verdadeira. O resultado é um círculo vicioso, uma tautologia tornada verdade factual. Deste modo, Portugal tem sofrido, paradoxalmente, do seu próprio internacionalismo, de ter sido sempre capaz de se olhar de fora para dentro, de se saber ver como olhos alheios. No Brasil, as mais agressivas piadas de português são geralmente contadas por pessoas de origem portuguesa recente que assim procuram parecer mais distanciadas dos seus antecedentes humildes, mas que afinal continuam a ser portuguesas até na sua patriótica auto-flagelação. É aliás uma atitude paradigmática das culturas de periferia. Para as culturas do globalizante centro, no entanto, há uma atitude complementar a esta, que é o outro lado da mesma moeda: só serem capazes de se verem a si próprias mesmo quando parecem que estão a olhar para as outras, a atravessar fronteiras, desse modo reduzindo os horizontes da sua percepção num gradual empobrecimento que transforma toda a diferença em semelhança.

Quando falo com escritores e professores estrangeiros –colegas em Londres, Paris, Nova Iorque – gosto por vezes de lhes perguntar quantos livros portugueses - ou brasileiros, ou angolanos, ou moçambicanos, ou caboverdeanos - se lembram de terem lido nos últimos doze meses. Ou doze anos. Ou a vida toda. Os mais aventureiros mencionam Pessoa e agora também Saramago, muito poucos Eça e Machado, menos ainda Camões, Guimarães Rosa nenhum. E estão contentes, é tudo gente satisfeita, nem sequer suspeitam que podem estar a

perder alguma coisa que para eles – não para nós – seria necessária. O que me fez pensar no que um dia me disse uma psicoterapeuta americana falando da dificuldade de tratar clientes menos cultos. Mais ou menos o seguinte: “Quem não conhece a palavra que descreve uma experiência não consegue entender a experiência que essa palavra descreve”.

Mencionei Camões. Que também, fora das universidades portuguesas e brasileiras, ou mesmo dentro delas, hoje em dia é pouco e mal lido mesmo por aqueles que partilham da sua língua. Mas aqui, neste Encontro de professores de literatura portuguesa, posso mencioná-lo sem ter de explicar demasiadamente que ele foi o primeiro poeta europeu que lidou com esta problemática que é tão contemporânea nossa quanto foi dele quando escreveu na imediata seqüência das viagens portuguesas que trouxeram para a cultura ocidental a consciência do novo e da diferença. Foi também um cidadão da nossa primeira diáspora, com “a vida em pedaços repartida” por mundos alheios que a sua própria cultura até então não conhecia. A sua poesia lírica fala-nos dos resultados desse novo conhecimento, adquirido através da experiência do vivido e entendido como “puras verdades” e não “fábulas sonhadas”. Anuncia-nos portanto um mundo onde há coisas que acontecem mas em que não se acredita e onde há coisas em que se acredita mas que não acontecem. E ao correspondente nível das relações humanas é ainda a alteridade que celebra ao valorizar a mulher como o sujeito – não apenas o objecto – da sua própria sexualidade, ao reconhecer a veracidade do erotismo com que ele próprio “em varias flamas variamente ardia”, ao diagnosticar ao mesmo nível que a donna angelicata da tradição neoplatônica europeia – loura, olhos azuis, assexuada, distante e superior – a “estranha”, mas não “bárbara”, “pretidão de amor” de uma negra cativa que foi sua amante, espírito e carne. N’ Os Lusíadas, subverte o ostensivo discurso nacionalista que também lá está com a visão culminante da reconciliação e coexistência de todos os opostos na Ilha do Amor, uma nova imagem da humanidade para um mundo novo. Tal como Shakespeare – e não conheço nenhum outro poeta renascentista que o tenha feito – ao falar do seu tempo e para o seu tempo, Camões está também a falar do nosso tempo e para o nosso tempo. A diferença é que todo mundo sabe que Shakespeare é contemporâneo, enquanto que a perene modernidade de Camões não é universalmente reconhecida pelo simples facto de ele ter escrito numa língua tornada periférica pelos deslocamentos históricos do poder político e econômico. Um escritor periférico não pode ser confortavelmente aceite como paradigmático de uma tradição cultural universal. Seria quase como se os xicanos de chapéus sonolentos, ou os ameríndios emplumados, ou os negros descendentes de escravos quisessem ser os heróis dos filmes de caubóis e se atrevessem a mudar todas as regras do gênero.

Mas é isso precisamente que tem vindo a acontecer com os filmes de caubóis, que por sua vez são já um desenvolvimento actual da velha tradição épica que inclui os romances de cavalaria e as epopéias de Homero, Virgílio, Tasso e Camões entre os seus mais notáveis antecessores literários. E que é a mesma tradição que iria ser também redimensionada nas duas obras primas da modernidade em língua inglesa e em língua portuguesa, o Ulysses de James Joyce e o Grande Sertão: Veredas de João Guimarães Rosa. No entanto nada teria podido parecer menos provável que essas histórias essencialmente localizadas – eminentemente periféricas – sobre rebanhos e vaqueiros, xerifes e escroques, tabernas e meretrizes nos vastos espaços da jovem nação americana viessem a adquirir a relevância universal que lhes permitiu tornarem-se no equivalente cinematográfico da poesia épica tradicional, com as prostitutas de coração oiro no lugar das ninfas pagãs, decotadas patroas de bordéis no lugar da Vênus camoniana, pioneiras vias férreas no lugar das naus, aventureiros de cabeça a prêmio no lugar dos marinheiros em demanda de novas fronteiras. Hoje em dia os japoneses fazem westerns Extremo Oriente. Também os italianos, filmando alguns deles na paisagem castelhana de Don Quixote. Um ex-presidente do Brasil passava as noites de insônia a ver cobiadas. Parece até

que o Staline – ou seria o Brezhnev? – também gostava de ir vê- las às escondidas, quando o proletariado não estava olhando. A velha fórmula básica foi sendo acrescentada com novos conteúdos - tal como a epopeia greco- latina havia sido n' Os Lusíadas e depois iria ser no Grande Sertão: Veredas - mas continuou a manter os mesmos conflitos fundamentais e os mesmos valores perenes: o bem contra o mal, a generosidade contra a ganância, o herói solitário, a comunidade amedrontada, a confrontação entre o amor e o ódio, o triunfo do amor, os heróis finalmente cavalgando em direcção ao pôr do sol como os marinheiros d' Os Lusíadas navegaram de regresso ao Ocidente. Só não consigo encontrar uma correspondência razoavelmente adequada para a Vênus camoniana a metamorfosear- se no corpo andrógino da Ilha do Amor ou para o rosiano Deadorim a desencantar- se do jovem guerreiro que fora no “encanto tão terrível” do seu corpo de mulher recuperado pela morte. Mas enfim, os americanos não podem ter tudo, a tradição deles é mais puritânica do que a nossa, talvez lá cheguem algum dia. Entretanto, a imagem emblemática de um duelo solitário de pistola à ilharga numa cidade fantasma já é parte do nosso imaginário cultural como se desde sempre o tivesse sido, por improváveis que tenham de facto sido tais confrontações ritualizadas entre os vaqueiros que houvesse no Far West que havia. Mas é fácil entendermos porque se nos lembrarmos que esse mitificado Far West fica num país que se tornou no mais importante centro do poder político e económico do mundo actual. Essa expressão nova do antigo arquétipo tornou- se universal por razões que largamente excedem a qualidade estética que também possa ter. Até aqui tudo bem, tudo normal. É ainda um processo de troca, um atravessar de fronteiras em ambas as direcções. Mas deixa de estar bem e de ser normal se o trânsito se processar todo numa só direcção, diluindo toda a diferença no mesmo mar cinzento da semelhança, impondo à magnífica polifonia do vosso vasto mundo uma linguagem de surdos sem interlocutores. Se tal acontecer, também as culturas actualmente determinantes do poder político e económico da globalização ficarão mais pobres. Considero portanto uma evidência que todas as culturas – sejam do centro ou da periferia – só podem enriquecer- se em diálogo com outras culturas. E julgo por isso ser também evidente que globalização não é o mesmo que internacionalismo, pode até ser o seu oposto.

Tempo houve em que o latim foi a língua cultural da Europa. Mas como o império romano já havia muito que tinha cessado de existir, o latim não estava especificadamente identificado com qualquer poder imperial: o colapso da imperialidade pax romana permitiu que o latim se integrasse, em maior ou menor grau, no que vieram a ser as línguas nacionais modernas do mundo ocidental. O inglês está agora a ter uma função equivalente à que o latim teve como língua internacional. Mas o inglês não é apenas a magnífica língua que, na sua expressão simultaneamente nacional e universal, pode ser usada em diálogo com as outras culturas: é também a língua do poder político e económico que tende a obliterar todas as outras culturas, a língua da vigente pax americana de globalização. A própria velha Europa não oferece uma alternativa, faz parte do mesmo processo. Disto mesmo é sintomático que, com o alargamento da União Europeia para o Leste, algumas das línguas oficialmente em uso nas suas assembléias e comités vão deixar de o ser. O argumento é que é pouco prático usar tantas línguas, que é ineficiente. De acordo, será. O francês e o alemão ainda vão ser tolerados durante algum tempo, mas não o espanhol e o português apesar de serem línguas mais faladas do que essas no resto do mundo. E tudo indica que em breve a única língua utilizada nas reuniões da União Europeia vai ser a inglesa, como aliás freqüentemente já acontece mesmo quando não é língua nativa de qualquer dos participantes. Isto não é devido à importância da Inglaterra, é claro. Se alguma coisa, o Reino Unido tem sido um parceiro ambíguo da Europa, preferindo sempre servir os interesses americanos. Não, a língua inglesa da União Europeia é a língua da pax americana, a língua da globalização imperial de que a própria União Europeia é mais um instrumento do que uma alternativa.

Seria no entanto errado, e perigosamente simplista, ver na globalização apenas a expressão de um neo-imperialismo americano adaptado dos anteriores imperialismos nacionais. O facto é que, em contraste com os antigos impérios, o novo império da globalização não tem um centro de poder territorial unificado. Os Estados Unidos ocupam sem dúvida uma posição dominante neste novo imperialismo mas, ao contrário das potências imperialistas do passado, o seu poder só pode ser exercido através da obliteração de todas as fronteiras. Ou seja: o centro deixou de ser um lugar e passou a ser uma cultura que agora até já pode ser imposta a partir do que haviam sido as periferias. Mas se as regras do imperialismo mudaram, também – e por isso – as regras da resistência ao imperialismo tiveram de mudar. Houve Seattle, houve Génova, a internet tanto está servindo a globalização quanto os movimentos políticos que se lhe opõem de modos aliás não menos globalizantes. Ambos são parte da mesma sociedade pós-moderna. E assim como as chamadas economias paralelas têm coexistido, mais ou menos clandestinamente, com as economias sob controles governamentais, assim também começa a haver uma globalização clandestina e paralela à globalização regulamentada. Já foi anunciado que os G 8 vão ter de passar a reunir-se às escondidas do mundo que são supostos controlar.

De uma correspondente perspectiva cultural, que é aquela que aqui mais me interessa, quero crer que no mundo pós-nacional da globalização também começa a haver lugar para alternativas não centralizadas. Na própria Europa, ao mesmo tempo que as fronteiras nacionais estão sendo abolidas – e me parte como resultado desse processo – línguas e culturas que durante séculos haviam sido reprimidas pelos estados-nação começam de novo a emergir com renovada dignidade: por exemplo o catalão em Espanha, a languedoque em França, o gaélico no Reino Unido. Mas, se assim é, por maioria de razão os europeizados portugueses não deverão nunca esquecer que, nesta sociedade pós-moderna, não constituem apenas uma cultura nacional dentro da Europa, que são também parte de um internacionalismo pluricultural que partilha a mesma língua noutros continentes. Julgo que será esse o único modo de os portugueses serem europeus permanecendo culturalmente portugueses, sobrevivendo ao crescente mecanismo da globalização através do seu próprio internacionalismo. Mas isso também significa que chegou o tempo de os portugueses se libertarem de ressacas colonialistas e de nacionalismos requeitados, de se não quererem dominantes sem se recarem dominados, celebrando o facto de poderem exprimir-se numa língua sem donos nacionais.

Falo-vos, é claro, como português, na língua que também é vossa, salvo as diferentes sonoridades e algumas divergências vocabulares no entanto bem menores do que aqueles que tanto eu como vocês encontramos, por exemplo, no nosso partilhado Guimarães Rosa. Ou que existe entre São Paulo e Recife ou Lisboa e Bragança. Mas reparem, eu nem sequer vivo ou escrevo em terras onde se fala a nossa língua, e nem sequer foi em Portugal que aprendi. Foi em África, onde comeci a ler autores portugueses e brasileiros que ficavam à mesma distância geográfica de onde eu estava sem nunca me importar muito em distinguir quais eram o quê. Moro e ensino em Londres, rodeado de inglês por todos os lados, e sou um escritor português: não africano, menos ainda brasileiro, por muito que goste de vocês. Mas é precisamente por ser português que não sou apenas europeu, que posso e quero dialogar com outras línguas e outras culturas a partir das plurais culturas da língua que temos em comum. Será isto aceitar irremediavelmente o meu lugar nas periferias das culturas dominantes? Talvez não, talvez seja assumir o lugar que nos compete num centro sem fronteiras que também possa ser meu.